

À DESCOBERTA DE BRACARA AUGUSTA: UM PROJECTO DE ARQUEOLOGIA URBANA NO NORTE DE PORTUGAL *

FRANCISCO SANDE LEMOS
MANUELA MARTINS
MANUELA DELGADO

1. *Bracara Augusta* foi fundada na última década do I milénio a.C., na divisória das bacias dos rios Cávado e Ave, a igual distância dos rios Minho e Douro, no centro de um populoso espaço, a meio caminho entre o litoral e as montanhas, que delimitam um vasto anfiteatro natural. Sede de *conventus iuridicus* pertencia à *Tarraconensis*, tal como *Lucus* e *Asturica*. Mais tarde seria capital da *Callaecia*, província estabelecida no reinado de Diocleciano. No Baixo Império terá sido uma extensa urbe, com poder episcopal desde o século IV (385 d.C.). Em 411 foi conquistada pelos Suevos, de cujo reino foi a cabeça. Em 456 foi saqueada pelo Visigodos dirigidos por Teodorico II. O breve reino suevo terminou em 585. Todavia, durante os séculos VI e VII a sua importância como centro religioso, sede metropolitana da *Callaecia* persistiu, tendo sido o local de três concílios (561; 572; 675).

* Esta comunicação foi lida em inglês na sessão dedicada à Arqueologia Urbana, no II Meeting da Associação dos Arqueólogos Europeus, celebrado em Santiago de Compostela entre 22 a 25 de Setembro de 1995. Dado que não está prevista a publicação das actas desse encontro, considerámos oportuno divulgá-la num periódico português.

O período alto-medieval é pouco conhecido. Segundo as crónicas teria sido atacada pelos árabes nos séculos VIII e IX, retirando-se para Lugo o bispo. Ainda no século X há referência a um devastador saque perpetrado por Almansor, no ano de 998.

No século XII a Catedral começa a ser construída, mas a recuperação do poder urbano de Braga foi lenta. De tal modo que Santiago de Compostela, uma cidade nova, se atreveu a roubar as relíquias dos santos mártires, relíquias que apenas foram parcialmente devolvidas muitos séculos depois (1994). Embora Braga reivindicasse o seu estatuto de primazia religiosa, herdado do século IV, não possuía suficiente força para impor a devolução das relíquias. Nos séculos XIII e XIV a cidade organiza-se em torno da catedral, como se pode verificar através de um mapa desenhado em 1594, por Braunio. Nesta perspectiva da cidade já se notam as novas praças abertas a mando do D. Diogo de Sousa, bispo renascentista.

Ao longo da Idade Moderna consolida-se o poder da Igreja, de tal modo que Braga ainda hoje é frequentemente citada como a cidade dos Arcebispos, embora este ocupe um novo e modesto paço, já que o antigo, tal como a própria Sé, passou a propriedade do Estado desde 1910, data da Revolução Republicana.

Apesar de todas estas vicissitudes, graças a um conjunto de processos post-deposicionais muito específicos, conservaram-se parte das ruínas da cidade romana e alto-medieval, disseminadas no subsolo das quintas que circundavam o núcleo urbano moderno, no miolo dos quarteirões, ou, mesmo, jazendo sob os alicerces de edifícios medievais ou renascentistas. No século XVIII, a julgar pelas observações de Jerónimo Contador de Argote, residente em Braga e um dos mais proeminentes antiquários da época, ainda se distinguem troços da muralha romana e restos do anfiteatro. Nos séculos seguintes, de progresso e cultura (Iluminismo), os vestígios de *Bracara Augusta* sofreram danos impossíveis de avaliar. Num contexto de explosão urbanística incontrolada (anos 60 e 70 do corrente século) acumularam-se sucessivas vagas de destruição que se prolongaram até 1976.

Em 1976 o I Governo Constitucional, presidido por Mário Soares, tomou um conjunto de medidas históricas: bloqueamento das pressões urbanísticas mais directas; aquisição de terrenos; criação no âmbito da Universidade do Minho de uma Unidade de Arqueologia, responsável científica do primeiro projecto de Arqueologia Urbana lançado em Portugal. Iniciou-se, assim, um projecto que, com altos e baixos, se manteve até hoje.

Actualmente Braga é um aglomerado urbano com 90 000 habitantes, localizada no extremo norte de um corredor hiper-urbano que se estende ao longo do litoral português, desde Setúbal e integrando as zonas metropolitanas de Lisboa e Porto, bem como as cidades de Leiria, Coimbra e Aveiro. Apesar de possuir indústrias têxtil, metalo-mecânica e electrónica, predominam em Braga as funções terciárias: o Hospital serve centenas de milhares de habitantes que vivem no distrito; a Universidade tem cerca de dez mil

estudantes. A construção civil será talvez o maior empregador e o comércio é próspero. A autarquia é presidida por Partido Socialista desde 1976. Em Portugal (salvo a ilhas Açores e Madeira regidas por estatuto de autonomia) e na ausência de regiões os municípios possuem um papel muito importante no quadro da vida política do país.

2. Em Braga, entre 1976 e 1995, realizaram-se inúmeras intervenções arqueológicas e foram exumadas áreas substanciais da urbe romana

De acordo com os dados arqueológicos disponíveis, *Bracara Augusta* teria uma superfície de 48 hectares no século I d.C., área que se dilatou ligeiramente no Baixo Império. Dos vestígios, dos mais imponentes aos mais precários, uma parte substancial está sob praças, ruas, imóveis e jardins da Idade Moderna ou Contemporânea, na zona do Centro Histórico. A área de terrenos protegidos, propriedade do município corresponde a cerca de *. A área destruída, sem controlo, nos anos 60 e 70 atingiu * hectares. Nos anos negros (1989 a 1991) foram arrasados * h. Sobre uma vasta área ainda se mantêm expectativas de construção.

Conhecem-se, hoje, os principais eixos do urbanismo da cidade romana, orientada de sul para norte, de acordo com os princípios clássicos, ortogonal, com módulos de 120 pés. O urbanismo romano parece ter-se mantido no Baixo Império e na fase inicial da Alta Idade Média. Entre os conjuntos mais extensos destaca-se um edifício público termal (Alto da Cidade), bem como uma *insula* (Carvalheiras) delimitada por três ruas. Foram, também, escavados quatro núcleos de necrópoles com sepulturas do Alto e Baixo Império. Curiosamente, detectaram-se, ainda, dois *habitats* da Idade do Bronze Final, embora nunca se tenham encontrado quaisquer indícios de uma ocupação da Idade do Ferro.

Actualmente todos os licenciamentos de obras num vasto perímetro estão obrigados a um parecer prévio do Gabinete de Arqueologia da Câmara, que possui um "staff" de um arqueólogo, dois técnicos e um desenhador. Conforme as características do subsolo o Gabinete de Arqueologia, em articulação com a Universidade do Minho, prescreve a necessidade de sondagens prévias ou de simples acompanhamento. Por vezes um acompanhamento dá origem a escavações alargadas, caso haja motivo para tanto. Há uma tendência crescente para os trabalhos serem financiados pelos promotores imobiliários, o que suscita questões sobre o ritmo de trabalho e inevitáveis pressões sobre a rapidez dos pareceres dos arqueólogos. Neste plano a tendência é para um posicionamento sensato, sem fundamentalismos, com um grau de exigência cada vez maior.

Não tem havido uma política coerente no domínio da conservação. As ruínas das termas do Alto da Cidade bem como as da *insula* das Carvalheiras, mantêm-se a descoberto, estando a primeira aberta a visitantes. As operações de restauro têm sido mínimas. A área nuclear do edifício termal do Alto da Cidade está coberta por uma estrutura metálica amovível que protege os

hipocaustos e os *praefurnia*. A *insula* das Carvalheiras está vedada enquanto se aguarda pela concretização de um projecto de valorização (já existe num ante-projecto). Um vasto mosaico tardio encontrado durante as obras para a construção do Museu de D. Diogo de Sousa está protegido por uma cripta que se integra no próprio edifício, sendo visitável em futuro próximo. Noutra projecto de construção de um imóvel destinado a novas instalações da Biblioteca Pública, projecta-se a manutenção de uma das cloacas da cidade romana, que será visitável e observável. Um poço extra-muros, recentemente descoberto, vai ser articulado com um edifício comercial. Prevê-se, pois, que até ao final do corrente milénio existam, para além dos núcleos abertos das Termas e das Carvalheiras, outros pequenos conjuntos de ruínas, articulados com edifícios modernos ou reconstruídos.

Porém, uma parte significativa das ruínas exumadas têm sido reenterradas, quer sob edifícios modernos (Rua dos Bombeiros Voluntários), quer sob edifícios reconstruídos (estruturas e mosaico da Casa da Roda), ou sob o pavimento de ruas (Senhora do Leite). Noutras ocasiões, quando as ruínas estão muito fragmentadas, precede-se ao seu desmonte, como foi o caso de um pequeno tanque romano com mosaicos (Largo de S. Paulo) ou de um muro romano do século I (Hospital de Braga).

O problema mais agudo, que aguarda solução há várias décadas, é o da Fonte Ídolo, notável santuário rupestre situado nos limites orientais de *Bracara Augusta*. Actualmente, estão programadas escavações a fim de se avançar com um projecto duradouro de valorização.

Todo o espólio, sem selecção de fragmentos, dá entrada nas instalações provisórias do Museu de D. Diogo de Sousa, onde fica depositado e é progressivamente estudado. O Museu também reúne a documentação fotográfica e em vídeo. Actualmente contam-se milhares de negativos a preto e branco, bem como diapositivos. O Museu dispõe de um staff de 22 elementos, parte dos quais em tarefas directamente relacionadas com o projecto de *Bracara Augusta*.

A Unidade de Arqueologia da U.M. dispõe de três arqueólogos envolvidos no projecto, 1 técnico de campo e diversos auxiliares (estes contratados a título eventual).

Globalmente, pode afirmar-se que trabalham no salvamento de *Bracara Augusta*, 4 arqueólogos, 4 técnicos de campo e cerca de 12 trabalhadores especializados, a que se soma o pessoal de tarefas de laboratório, concentrado em especial no Museu. A média é de três escavações simultâneas ao longo do ano, para além dos simples acompanhamentos. No corrente ano (1995) já se realizaram 10 escavações, das quais apenas uma responde a questões de ordem estritamente científica. Este ritmo não invalida um cuidado muito marcado nos registos de campo, planos e desenhos de cortes.

Numa perspectiva, estritamente científica, colocam-se os seguintes desafios:

- o estudo da vasta quantidade de espólio ceramológico acumulado;
- a publicação das monografias de cada intervenção;
- o desenvolvimento de um sistema de bases de dados articulado com um sistema de informação geográfico (SIG) adaptado para o efeito.

No domínio da relação entre a cidade e o seu passado parece ser um dado adquirido que as élites e os partidos políticos, bem como o poder judicial, consideram indispensável preservar a cidade romana. Todas as intervenções têm ampla cobertura noticiosa. Todavia, é duvidoso que a maioria dos habitantes possua um interesse directo na história da cidade, embora nos últimos anos as escolas tenham empreendido iniciativas curiosas nesse domínio. Neste capítulo o atraso na construção das instalações definitivas do Museu é um notório “handicap”.

Para a resolução conjugada destes problemas a Unidade de Arqueologia em colaboração com Câmara Municipal de Braga e o Museu D. Diogo de Sousa elaborou um projecto que articulava as duas vertentes, que infelizmente foi recusado pelo organismo responsável pela distribuição dos fundos comunitários no Norte de Portugal, no âmbito do PRONORTE.

3. Na história real não há “happy-ends”, concebidos pelos argumentistas, ou ditados pelos produtores.

No salvamento de *Bracara Augusta* registaram-se êxitos e fracassos. Entre os êxitos contam-se o estudo e escavação das ruínas do Alto da Cidade e da *insula* das Carvalheiras. Entre os fracassos destaca-se a destruição das ruínas da Praia das Sapatas.

O futuro permanece uma incógnita. No horizonte próximo levanta-se um mar de problemas.

Entre as variáveis positivas, para a resolução dos problemas pendentes, destacam-se as seguintes:

- a vontade assumida e expressa da Unidade de Arqueologia em manter uma participação activa no processo de *Bracara Augusta*, vontade que conta com o apoio dos órgãos de governo da Universidade e crescente audiência na opinião pública da cidade;
- o interesse da comunicação social pela Arqueologia e património histórico, com relevância para a imprensa e rádios regionais ou locais;
- a recente criação do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga;
- o reinício do apoio financeiro por parte do IPPAR às escavações de *Bracara Augusta*;
- a recente aquisição pela CMB de terrenos com ruínas;
- o lançamento de um Mestrado em Arqueologia Urbana.

Sobre esta conjuntura, aparentemente favorável, pendem nuvens ameaçadoras, de formação vertical, ou inesperada origem:

- a inexistência em Portugal de legislação específica, que proteja o património arqueológico urbano;
- a inconsistente política da Secretaria de Estado da Cultura no domínio em causa;
- os limites ao aumento dos efectivos de arqueólogos aglutinados na equipa;
- os enredos enigmáticos da especulação imobiliária.

Dezanove anos de projecto de *Bracara Augusta* revelam que o comportamento das variáveis positivas e negativas acima enunciadas é instável e pouco previsível. As conjunturas são assaz variáveis. Apesar de todos os esforços feitos nesse sentido, a prática arqueológica continua a depender das pressões urbanísticas. Num certo momento a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho julgou mesmo ser possível desligar-se dos salvamentos, transferindo a sua responsabilidade para os serviços de Arqueologia dependentes da Administração Central. Esta política revelou-se desastrosa, ocorrendo nos anos de 1989, 1990 e 1991 (os chamados anos negros), graves destruições com negligência, mais que ostensiva, por parte do Serviço de Arqueologia do Norte (dependente do Instituto Português do Património Cultural, actual IPPAR). Desde 1991 a UAUM voltou a participar activamente nas operações de salvamento, tendo sido forçada a abandonar alguns objectivos de ordem estritamente científica, que se propusera.

Os conhecimentos actuais e o grau de usufruto social do passado, resultam, pois, de um complexo jogo de negociações entre múltiplos poderes: a opinião pública; os arqueólogos; as pressões dos empreendedores imobiliários; o “puzzle” dos interesses políticos.

De momento não nos atrevemos a formular uma previsão sobre o desfecho do projecto. Admitimos, porém, que a passagem da adolescência à idade adulta é uma fase decisiva. Os próximos cinco anos serão fulcrais. Neste espaço de tempo irão definir-se questões imperativas: o programa do Museu D. Diogo de Sousa; a propriedade e o uso dos terrenos não construídos que possuem ruínas; a consolidação do Gabinete de Arqueologia do município.

Mas só no final do milénio será possível avaliar com adequada lucidez, se o projecto de *Bracara Augusta* foi efémero, ou se criou raízes.

Entretanto o quotidiano de Arqueologia Urbana prossegue a sua existência atribulada, entre momentos de entusiasmo, descobertas inesperadas, alternando com picos depressivos, processos bloqueadores, escavações paralizadas por falta de financiamento, decisões adiadas por hesitação dos quadros políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O domínio da Arqueologia Urbana é uma das áreas privilegiadas para a análise da relação entre o passado e o presente.

Na Arqueologia Urbana gera-se uma tensão permanente, um jogo de antagonismos, uma cadeia de conflitos surdos ou adiados. Num cenário em que domina a avidez do dinheiro fácil, os interesses especulativos, os oportunismos, os jogos de poder, a *praxis* arqueológica fundamenta-se na afirmação da vontade e da liberdade. Que sentido tem essa vontade contra as exigências do quotidiano (o poder, o dinheiro, os valores imediatos) é uma questão em aberto. Será porventura uma excentricidade, um outro modo de recusar as normas sociais construídas no presente e destinadas a suportar o fluir desse mesmo presente?

Ou, pelo contrário, a Arqueologia Urbana não é uma afirmação da vontade livre, mas um último produto das sociedades hiper-urbanizadas. No mar das ilhas suburbanas que formam as pseudo-cidades do presente europeu a história da cidade é, apesar dos custos, um outro vector da identidade e coesão social, indispensáveis ao exercício do poder político, que recebe o caos.

Nesta ordem de ideias os arqueólogos, supostamente livres, são também outros escravos, talvez mais ilustres, do poder dominante, que se apoia no passado para legitimar a sua sobrevivência, no pântano de paradoxos em que entramos.

Esta contradição insolúvel, este paradoxo último de um passado escravo do presente é uma bizarra nota de humor negro neste sugestivo fim de *milenium* cristão.

BIBLIOGRAFIA

A bibliografia sobre *Bracara Augusta* abrange numerosos títulos. Destacam-se os seguintes:

Delgado, M.; Martins e Lemos, F. S. (1989) – O Salvamento de Bracara Augusta, *Forum*, 6, pp. 3-39.

Martins, Manuela e Delgado, Manuela (1989/1990) – História e Arqueologia de uma cidade em devir: *Bracara Augusta, Cadernos de Arqueologia*, II Série, 6-7, pp. 11-38.

3-1990) – As necrópoles de *Bracara Augusta*. A. Os Dados Arqueológicos, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 6-7, pp. 41-186.

A. e P. Le Roux (1889-1990) – As necrópoles de *Bracara Augusta*. B. Les Inscriptions funéraires, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 6-7, pp. 187-230.